

PARA AS TROPAS RUANDESAS EM CABO DELGADO:

**Moçambique tenta contrair
mais uma dívida de 20
milhões de euros sem o
conhecimento da AR**

8



MANDATO DE VUMA PODE TERMINAR ANTES DO PREVISTO NA CTA:

Associados desconfiados chumbam relatório e Contas de 2023

“Elenco de Agostinho Vuma tem 30 dias para clarificar dúvidas dos associados e deve ser antes da realização da CASP XIX”



“O dinheiro que a instituição tem com os devedores no valor de 160.630.771 meticais, para além dos empréstimos obtidos e outros credores na quantia de 18.264,725 e 159.190.771 Meticais, e os procedimentos executados para a validação dos saldos, não se revelaram satisfatórios”, lê-se nos documentos em posse do Jornal Visão Moçambique.

4 & 5

NO DISTRITO DA MANHIÇA:

Energia Para TODOS é uma Fraude – Investigação jornalística revela esquemas de cobranças ilícitas e burlas pelos funcionários da EDM

Texto e Fotos: LAURINDA MACANDA



Segundo o informe anual do Chefe Estado no ano de 2023, conta-se até então com a electrificação de 62 postos administrativos no país. Em 2023 foram mais de 7 postos administrativos electrificados, perfazendo um total de 343 mil ligações e como resultado 53 pontos percentuais do território nacional electrificado, estando, segundo o mesmo informe, assegurada a corrente eléctrica a mais agregados.

Com isso, considera-se que metade da população moçambicana que não tinha corrente eléctrica, beneficiou-se do Energia para Todos, o que não se sabe é que na Província de Maputo, no distrito da Manhiça, para ter electricidade no âmbito da implementação do Projecto Energia para Todos, havia custos adicionais avaliados em pouco mais de 13.000,00MT (Treze Mil Meticais).

Uma investigação jornalística levada acabo no distrito da Manhiça em 2023, trás os contornos dos esquemas de cobranças ilícitas, envolvendo maioritariamente funcionários e supostos ex-funcionários da Electricidade de Moçambique que em

coordenação com colegas no activo seguem a legalização das burlas.

A investigação enquadra-se na luta ao combate à corrupção no país, e cobriu os Postos Administrativos do distrito em causa, nomeadamente Maluana, Manhiça Sede, 3 de Fevereiro e o posto administrativo de Xinavane.

A acção do filme começa com a manobra de alguns funcionários que muitas vezes oriundos da capital Maputo, juntam-se igualmente aos distritais, escalando áreas cujos residentes carecem de energia e eles como técnicos que realizam a vistoria, mudam os fins pelos meios, ou seja, ao invés de realizar baixadas oficiais, começam com justificativas de não dispor do material, para tal operação. Outra justificativa é de que aquelas residências estão fora da rede, transcendendo com o aliciamento dos agregados à comparticipação, ou seja, entrada nos esquemas de cobranças ilícitas.

Em anonimato, vítimas confirmaram ter recebido equipas da Electricidade de Moçambique, para a vistoria, só que, mais

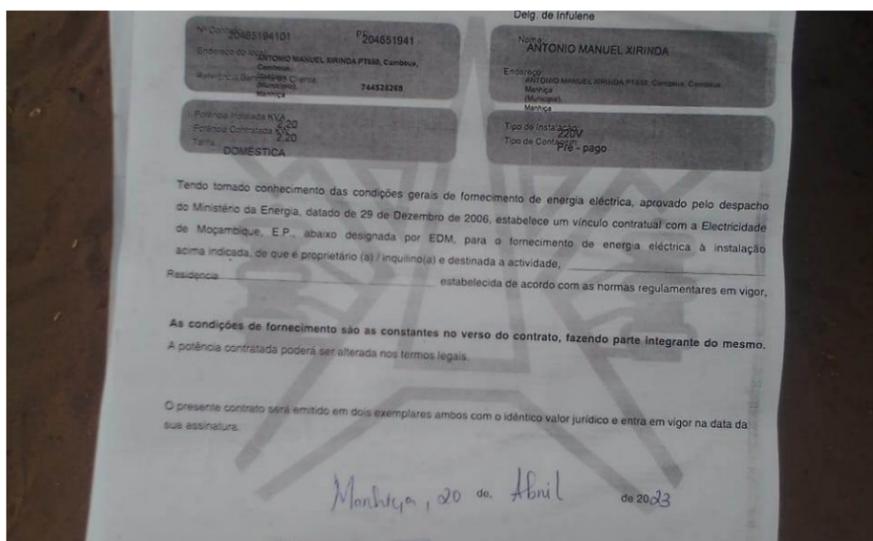
tarde as mesmas, informam não ter como concluir com os trabalhos, porque as casas encontram-se a mais de 60 quilómetros do traçado do projecto. Assim sendo, alguns residentes em busca de solução, foram à sede da Empresa na Manhiça, mas, quando se chegaram àquele local, os funcionários justificam que o trabalho não podia ser realizado devido a falta de material.

Para além disso, estranhamente, com o passar dos dias alguns dos que foram dados a mesma informação, começam a ter corrente eléctrica da rede nacional nas suas residências, situação que obrigou outros moradores a visitarem novamente as instalações da EDM. Os não contemplados, chegados lá, a Empresa Electricidade de Moçambique, conta-lhes outra história: “os que foram contemplados, é porque fizeram a compra do material”, ou seja, “comparticipação” e que “havendo condições pode-se contribuir para a compra do poste bastando emitir um pedido à empresa”. Propiciando um espaço para a corrupção e cobranças ilícitas bem como burlas.

Enquanto a entidade comunica não dispor do material, nossa equipa seguiu até as suas instalações e chegado ao local, visivelmente mais de 50 postes bem como cabos eléctricos, estavam espalhados pelo terreno, contrariando-se a narrativa de “falta de material”, conforme foram anunciando.

Ao longo dos bairros visitados, podem ser encontrados fios de corrente eléctrica não usados, alguns postes em locais baldados e devido ao seu estado alguns chegam a perigar a vida das pessoas que por ali circulam.

Chirindza é um dos cidadãos entre tantos outros que sofreram cobranças ilícitas e burlas. Acontece que, para ele, por não ter conseguido honrar o compromisso de disponibilizar mais dinheiro aos burladores da “EDM”, continua na escuridão, referenciando que



os funcionários, disseram-lhe que queriam dinheiro, e por não dispor, nada seria feito. O caricato, segundo conta, é que de tanto recorrer à EDM, foi dado um contrato de energia para a baixada, datado de 23 de Abril de 2023, ou seja até à publicação desta matéria, se passavam cerca de 8 meses, nem água vai e nem vem.

Outra vítima é Helena. Esta cidadã, conta que sofreu uma cobrança foi de luxo, porque após ter regressado da EDM aonde ia celebrar contrato para o fornecimento de energia eléctrica, eis que no mesmo dia aparece um electricista da entidade em causa, dizendo-a que se tivesse 2.500MT faria a baixada, pois o caso dela é mais simples visto que conta com um poste em frente a sua casa.

Sucedem, pois, que a dona do poste já havia alertado que para quem desejasse usar o poste deveria pagar uma taxa correspondente à 1500MT, pelo facto da vizinhança não ter contribuído com ela, “no entanto, recusei a pagar porque tenho o conhecimento do, ‘Energia para todos’”, disse Helena.

A mesma avança que participou de uma contribuição

na sua zona, onde o valor foi pago em parcelas, 1.100MT a primeira prestação, 1.800MT a segunda e 650MT a última parte, perfazendo um total de 3.550,00MT.

As cobranças variam de acordo com o número populacional de cada bairro e ainda com o modelo de electricidade que desejam, falando exclusivamente da participação em grupo ou por meio particular.

Chavane é o exemplo concreto de quem recorreu ao modelo em grupo. Em relato, conta que depois das cobranças feitas pelos agentes no dia da vistoria, a zona entrou em consenso elegendo primeiramente alguém para ter a função de tesoureira na contribuição para a compra dos postes e cabos eléctricos, de tal maneira que a primeira prestação foi de 1.100MZN, a segunda 1.800,00MT, tendo desistido quando tomou conhecimento do valor da última parcela, que rolava nos 3.300,00MT.

Devido a esse motivo acreditou que o modelo pessoal seria mais dinâmico, razão pela qual mais tarde, comprou pessoalmente um poste menor

encontrado à 3.000MT, onde actualmente encontra-se em sua residência esperando os passos subsequentes.

A representante dos agregados familiares pode ter comprado o poste em vão, porque seu irmão, que recentemente recorreu à mesma via, uma outra comissão foi cortar a corrente, alegadamente por tratar-se de um poste pequeno.

Nesses esquemas há negociações que não tiveram sucesso, o exemplo de alguns agregados na localidade de Maluana, onde as vítimas foram exigidas dinheiro, e nessas exigências queriam 10.000MT, como não dispunham adiantaram 8.200MT, comprando o poste a 5.500MT com o transporte no distrito de Marracuene.

Alesada da zona 2, em relato conta que depois do pagamento presencial o funcionário nunca mais foi visto e na tentativa de ligar, sem sucesso e hoje tem uma marca de burla, pois em seu quintal tem um poste.

A outra lesada no mesmo bairro tinha o desejo de ver o seu salão electrificado, mas o mesmo caiu por terra, ao perceber que os seus 5.000MT, entregues, na realidade terminariam em burla.

Ela acrescentou que enviou várias mensagens ao funcionário dizendo-o que caso não fizesse a devolução do valor poderia o denunciar, mas o quadro da EDM terminou em promessas e nunca mais fez a transferência.

Os agregados que sofreram esse esquema por supostos funcionários da Electricidade de Moçambique em Manhiça,

decidiram se dirigir à empresa com a finalidade de procurar por detalhes sobre o mesmo, no entanto, a instituição disse que o agente não é conhecido, ou seja, nunca pertenceu à organização.

Uma outra versão refere que o funcionário em causa foi expulso por ter esse tipo de prática, porém, continua estranhamente a exercer actividades ilícitas com o auxílio de colegas dentro da corporação.

Uma outra vítima de cobranças ilícitas, disse que não foi exigido o dinheiro pelo Franio, mas que o tem visto nas mediações do distrito.

Massango, diz ter conseguido energia devido ao cargo que ocupa no distrito, mas não escapou da cobrança de 1.000MT para a baixada, tendo recusado porque sabia que tratava-se do programa **Energia para Todos**, e que também seu vizinho já havia comprado o poste, concordando que fizesse o uso.

Os dois casos de burla que fizemos menção anteriormente, já mereceram denúncia, mas até aqui sem sucesso.

Uma das lesadas após a denúncia dirigiu-se a EDM onde mostrou a participação, dada pelo Comando no acto de denúncia. Como resultado foi lhe dito que com brevidade far-se-ia vistoria em sua casa.

A segunda burlada foi dada uma notificação dirigida ao funcionário, mesmo em declarações ter informado que não conhece o seu paradeiro, ou seja, mesmo caso e tratamentos diferentes.

**SUA MARCA
EMPRESA
ORGANIZAÇÃO
E NEGÓCIO
MERECEM DESTAQUE**

MANDATO DE VUMA PODE TERMINAR ANTES DO PREVISTO NA CTA:

Associados desconfiados chumbam relatório e Contas de 2023

“Elenco de Agostinho Vuma tem 30 dias para clarificar dúvidas dos associados e deve ser antes da realização da CASP XIX”



executados para a validação dos saldos, não se revelaram satisfatórios”, lê-se nos documentos em posse do Jornal Visão Moçambique.

OS SALDOS DEVEDORES PODEM TER PRECIPITADO A REPROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS

Chumbar os relatórios, na percepção da maioria dos membros, era assunto de pouca dimensão, pois é o que pode acontecer com qualquer agremiação. O ponto que enfurece a maioria é a não apresentação aos associados e ao Conselho Fiscal dos movimentos bancários com credores ou outros signatários que tivessem qualquer relação comercial com a CTA, tudo isso, segundo consta dos documentos em posse do JVM, sonogado pelo actual presidente da CTA.

Os quarenta e nove associados que compõem a máquina administrativa financeira da Confederação das Associações Económicas de Moçambique, CTA, chumbaram, em plena assembleia geral extraordinária, o relatório do Balanço de Actividades e conta do Exercício relativo ao ano de 2023. A reprovação do relatório é feita numa altura em que a actual liderança, encabeçada por Agostinho Vuma, está com o mandato no fim.

Os Associados e membros do Conselho Fiscal, representados pelo seu presidente Faruk Osman, vice-Presidente Hermenegildo Ildefonso e Vogal Inocêncio Paulino, no uso das suas competências recomendaram a Assembleia Geral para reprovar o relatório de Actividades e Balanço de Contas 2023, com recado ao presidente da CTA, Agostinho Zacarias Vuma e a sua direcção, para se organizar

e fazer acertos e correcções nas contas.

No entender dos membros do Conselho Fiscal e dos Associados em geral, o que almejam, é ver tudo que foi reprovado em sede da Assembleia Geral a ser clarificado antes da realização da XIX Conferência Anual do Sector Privado (CASP), prevista para o próximo mês de Maio.

No documento a que o Jornal Visão Moçambique teve acesso, foi feita a apreciação do Draft do Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras elaborado pelo auditor externo MAZARES.

Pelo terceiro ano consecutivo, a empresa responsável pela auditoria da CTA, não chegou a receber diversas respostas aos pedidos de confirmação de saldos (em milhões de Meticais), enviados aos Bancos.

Entretanto, os Associados

da agremiação deram trabalho para casa (TPC) no prazo de 30 dias, ao presidente Agostinho Vuma e os seus membros da direcção, para se organizarem com vista a prepararem-se para a próxima Assembleia Geral, a ser realizada ainda este mês de Abril, na qual o elenco deve apresentar um relatório de contas que convença a todos os membros e garantir a sua permanência no presídio da CTA.

O Draft do conselho fiscal da CTA, aponta grave situação no relatório do Balanço de Actividades e Contas de 2023, que o actual chefe do sector empresarial moçambicano não conseguiu provar na assembleia geral extraordinária.

“O dinheiro que a instituição tem com os devedores no valor de 160.630.771 meticais, para além dos empréstimos obtidos e outros credores na quantia de 18.264,725 e 159.190.771 Meticais, e os procedimentos

Além disso, o Agostinho VUMA, terá ignorado os procedimentos, negando fazer conhecer os comprovativos de um cronograma de amortizações das dívidas de valores a receber.

“Aos Associados a não constituição no exercício de nenhuma providência para fazer face à incerteza de cobranças, não foi quantificada a eventual necessidade da constituição dessa previsão, com impacto nos resultados do exercício”.

Embora o auditor externo MAZARES, que prestou serviço na Confederação das Associações Económicas de Moçambique, tenha solicitado até a data da Assembleia Geral, não recebeu a resposta do seu pedido de confirmação de inexistência de dívidas por parte da Auditoria Tributária, onde esta situação não lhe permitiu aferir sobre a existência ou não de passivos

com responsabilidades fiscais, lê-se no parecer do Conselho Fiscal.

Outros assuntos que preocupam os associados têm que ver com o actual elenco de Agostinho Vuma, que não disponibilizava os relatórios de auditoria e as demonstrações Financeiras do GAPI Sociedade de Investimento e MCNET, entidades participadas pela CTA.

Devido ao narrado acima, os associados entendem que não podem se pronunciar sobre a correcção da extensão do saldo da rubrica de investimento financeiro no valor de 34.694.000.00 Meticais.

No entanto, o Conselho Fiscal da CTA, foi unânime em reprovar o relatório do balanço das actividades e contas de 2023, da actual direcção liderada por Agostinho Vuma.

Fontes ligadas ao processo e a agremiação, revelam que Vuma arrisca-se a perder o mandato e consequentemente parar na barra do tribunal para melhor esclarecimento, sobre um possível desvio dos valores dos associados olhando e considerando que a decisão foi feita por 42 associados em plena sala da Assembleia Geral extraordinária realizada na capital moçambicana Maputo.

“Reprovaram o relatório do Balanço de actividades e de contas 2023. O actual elenco é muito estranho porque não é normal que dos 49 associados que estiveram presentes na Assembleia Geral extraordinária vindos de todas as províncias do país, dos quais 43 votaram a reprovação do relatório de actividades de contas relativo ao ano de 2023, e 2 abstiveram de votação e outros 4 não estavam presentes na sala”. Afirmou Faruk Osman Presidente do Conselho Fiscal, quando contactado telefonicamente pelo Jornal Visão Moçambique.

Faruk Osman referiu que até à data da Assembleia Geral,



não foi elaborado o regulamento interno da CTA, apesar desta actividade ter sido devidamente planificada e com orçamento aprovado. “Lembramos que este instrumento é essencial para uma maior eficiência e transparência na gestão da CTA”, lê-se no documento.

O Jornal Visão Moçambique, tem na sua posse um documento assinado pelo presidente do conselho Fiscal, vice-presidente e vogal, segundo o qual, o Conselho Fiscal deparou-se com uma sistemática obstrução ao seu trabalho e a demora ou recusa

prestação de contas que esteja em consonância com a defesa da credibilidade da instituição de interesse público que é CTA.

“O relatório apresentado na Assembleia Geral Extraordinária da CTA aprofunda mais, que, foram sonogados os relatórios de Conta da actual direcção liderada por Agostinho Vuma, dizendo que desde a sua tomada de posse o Conselho fiscal apresentou o seu plano de actividades para cobrir a complexidade de fiscalização de todo e imenso trabalho da CTA, onde o plano foi saudado

De referir que a reprovação é acompanhada por recomendação do conselho Fiscal que apresentou um draft do Auditor externo MARZARES e referindo-se a uma gestão imprudente, por existir um elevado risco de incumprimento das obrigações da Instituição que coloca em causa a situação financeira e patrimonial bem como a sua reputação com a mais elevada e representação da associação do sector privado.

Entretanto, Jornal Visão Moçambique, ficou a saber que o rolo das contas apresentadas no Draft, das quais o conselho fiscal exige à direcção a clarificar, uma fonte ligada a Agostinho Vuma disse que em relação à dívida que a Confederação das Associações Económicas de Moçambique – CTA, tem com o Instituto Nacional de Segurança Social, é um assunto que já foi negociado “e neste momento a CTA está a amortizar mensalmente, mediante um acordo que teve com aquela instituição, sobre a MCNET, ficamos a saber, que, aquela instituição não partilha relatórios, mas que podem ser apreciados pelos interessados mediante uma solicitação na própria instituição”.

Ainda na mesma senda, a fonte refere que outras contas mal paradas serão esclarecidas nos prazos dados pelo conselho fiscal.



na concessão da documentação solicitada, tendo inúmeras vezes alertado para a necessidade de uma mudança cultural na transparência de

pela direcção, mas nunca foi assumido tal como condicionou sobremaneira todo o trabalho do conselho fiscal”, lê-se no documento.

PREÇOS DE ASSINATURA DO JORNAL

Caro parceiro:
Pode adquirir via Mpesa e Emola a *edição do Jornal Visão

Valor Semanal: 24 Mts
MPESA : + 258 847342668
Emola : + 258 861311000

Subscrições
Mensal : 180 Mts
Trimestral : 560 Mts
Semestral: 1150 Mts
Anual : 2300 Mts

Email : Redacao@jornalvisaomoz.com
Contactos : +258 84 7342 668/ 861311000
Whatsapp : +258 86 131 1000
www.jornalvisaomoz.com | www.pt.jornalvisaomoz.com

Ministro Ronda aponta Maputo, Pemba e Zambézia como corredores de drogas



policiais e do SERNIC periódicas, **“com vista ao seu desmantelamento e consequente responsabilização criminal dos implicados, em todo o território nacional.”** Referiu que das operações feitas já foram desmanteladas varias quadrilhas de tráfico de drogas.

Assegurou que todos os processos são remetidos ao Ministério Público. **“Importa destacar que a responsabilidade criminal dos autores de crimes não depende de raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, profissão ou opção política.**

Ronda referiu que entre Janeiro a 15 de Abril corrente foram apreendidos 55 quilos de cocaína, 585,55 quilos de metanfetamina, 30 quilos de haxixe, 520 quilos de ácido acetilvanilínico e 488,74 quilos de cannabis sativa.

No mesmo período, foram instaurados 483 processos-crime em conexão com o tráfico de drogas, que culminaram com a detenção de um total de 582 indivíduos, sendo 579 nacionais e 03 estrangeiros, dois dos quais com mandado internacional de captura por narcotráfico.

Um foi extraditado para a Holanda e outro para Angola e, na altura da sua detenção era portador de vários passaportes, incluindo diplomáticos.

Ministro de Interior aponta os Países e Províncias como Afeganistão – Paquistão – Pemba – Zambézia – Maputo (as três ultimas em território moçambicano (África do Sul; e São Paulo (Brasil) – Adis Abeba (Etiópia) – Maputo – África do Sul; para além de Quénia – Nampula (a ultima em Moçambique), **“como sendo as mais usadas nas incursões internacionais pelos os sindicatos do**

crime de tráfico de drogas.

Pascal Ronda respondia perguntas feitas pelos deputados da Assembleia da Republica (AR), o parlamento moçambicano, onde Ronda vincou que “pese embora as adversidades, os resultados operativos alcançados e aqui apresentados, testemunham o empenho abnegado dos profissionais da ordem e segurança públicas, onde estes resultados decorrem da implementação dos planos operativos aprovados e em execução, de forma coordenada e articulada entre a PRM e o SERNIC (o Serviço Nacional de

Investigação Criminal), bem como através da cooperação bilateral e multilateral com vários Estados.

“Isso ‘é reflexo das boas relações com as comunidades que, de forma incansável, têm colaborado com as autoridades na denúncia de actos e de indivíduos suspeitos na prática de crimes,” disse Ronda.

Sobre os locais de maior propensão à venda e consumo de estupefacientes, o ministro disse que têm sido realizadas operações

Ficha Técnica

Registo: 09-GABINFO-DECPC/2016

Propriedade de Edições do Jornal Visão Moçambique - Visão Moçambique - Comunicação & Serviços Lda
Av. Dom Alexandre, KaMavota, Maputo

Administração

Director-geral: Ângelo Manhengue
828306290

Administração: A. Muchave
Design e Grafismo: AM Serviços Pro

Direcção Executiva:

Agostinho Muchave - 847342668,
E-mail: gmuchag8@gmail.com

Redacção

Editor: Ângelo Manhengue - 82 830 6290
E-mail: angelomanhengue@gmail.com

Redacção

Jornalistas: Augusto Nhantumbo Henriqueta Merchiol, Arson Mbanguine
Januário Benzane - SOFALA, Gabriel Alfinete - Zambézia, Lázaro Baptista - MANICA

Email: redacao@l.jornalvisaomoz.com
Contacto: 84 734 2668 (Chamadas e Whatsapp)

PAM - VERDE gradua 29 mulheres empreendedoras em Maputo

A iniciativa PAM Verde - Programa de Aceleração de Negócios graduou no dia 10 do mês em curso, 29 mulheres líderes de negócios, que agora estão melhorados. São mulheres detentoras de micro-negócios que durante 3 meses participaram de um treinamento com foco na aceleração de seus empreendimentos, para que se tornem financeiramente mais sustentáveis, apoiem a criação de emprego e contribuam para a diminuição da emissão de carbono.

Gilda Florentina Samuel, Directora Municipal da Acção no município de Maputo, disse que o evento empodera as mulheres e raparigas capacitadas para poderem levar além os seus negócios, com conhecimentos que são também benéficos ao meio-ambiente.

“É isso que nós queremos que aconteça, que as pessoas tenham consciência daquilo que devem fazer enquanto viventes neste meio-ambiente diminuindo a emissão de carbono e isso elas já sabem e vão ensinar as outras mulheres”, destaca Gilda Samuel.

A directora municipal da Acção Social apela a que mais mulheres que tenham negócios próprios ou empreendimentos de grande dimensão que se inscrevam ou a suas colaboradoras, pois, “é de mais-valia, pois vão aprender, não só sobre mudanças climáticas, como também sobre o desenvolvimento do seu próprio negócio”.

A presidente do Conselho de Direcção da MUVA Lúcia Bernardete, referiu que a acção da organização que representa centra-se no melhoramento dos empreendimentos das mulheres participantes do PAM - VERDE, para incorporarem uma componente ambiental dentro dos seus negócios ao mesmo que o negócio cresce, ver se também podem empregar mais pessoas.

A iniciativa que começou

em PEMBA em 2022, após dar certo, a MUVA decidiu trazer a Maputo, estando neste momento no fecho do 3º ciclo com a componente Verde, “já havíamos implementado o Programa de Aceleração de Negócios sem a componente verde”.

Nice Manhique, graduada, é Florista. Conta que a formação lhe deu oportunidade de aprender mais e adquirir ferramentas que vão permitir o desenvolvimento do seu empreendimento.

“Vou aplicar o aprendizado no meu negócio, como Florista e também ajudarei a partilhar o conhecimento com as outras mulheres através das redes sociais. Agradecer ao MUVA, por ter nos dado esta super oportunidade, da forma que entrei, não é da mesma que saio, pois não levava meu negócio a sério, tratava-o como diversão”, conta.

Nice lança uma mensagem às outras mulheres a reflectirem sobre o potencial que elas têm, “e que nada é impossível enquanto estivermos vivas. Mulheres, corram atrás dos vossos sonhos, procurem sempre adquirir conhecimento, pois, isso ninguém vai tirar de vocês, podendo mudar e desenvolver o mundo”.

No tocante às graduadas, nossa equipa conversou também com Elsa Arlindo Nhambe, empreendedora do ramo da Confeitaria (bolos e salgados), que conta sua experiência.

“Com a formação, aprendi muito sobre o meu negócio, a gerir melhor, muitas ferramentas onde uma delas que me destaca é a Literacia Digital, uma aposta muito grande para deixar o meu negócio com mais visibilidade”, conta.

Elsa, conta que antes de entrar para o Programa de Aceleração de Negócios PAM - VERDE, tinha dificuldade para expandir o seu negócio ou partilhá-lo nas redes sociais, mas, com a participação na formação, conseguiu superar

esse desafio.

Orlanda Viriato Tivane Sitóe Dona de um estúdio de beleza há 6 anos, conta que os 3 meses da formação aumentaram-lhe capacidades para fazer um pouco na sua área de actuação como empreendedora, oportunidade que segundo ela, apareceu num momento em que estava perdida naquilo que desejava fazer.

“O PAM VERDE, com esse olhar verde, veio acrescentar muita na minha vida e na do meu negócio”.

Orlanda conta que já começou a praticar o aprendizado a partir da prática de registo financeiro, algo que já não fazia, e, conta ela, “já percebi que a minha empresa dá mais do que aquilo que eu imaginei que não. Fora isso, comprava embalagens feitas a plástico, mas com esse olhar verde compro as um pouquinho mais caras e feitas de papel e tenho a certeza que tenho ajudado o meio-ambiente”.

Patrício Paulo Mazivila, acompanhante de uma das graduadas, aponta que a cerimônia foi boa, mas destaca o evento por ajudar a empoderar as mulheres e ajudá-las a melhorar os seus negócios.

Ao Jornal Visão Moçambique, Dinércia Ngulela Gestora do programa de Aceleração de Negócios da MUVA - PAM Verde, disse que o objectivo central é emitir menos carbono nos negócios que as mulheres praticam, “práticas do dia-a-dia, que ajudam com as empreendedoras reduzam a emissão de carbono”.

Segundo gestora, as mulheres ora graduadas, estiveram envolvidas em capacitações, ou seja, sessões de bootcamps em matérias ligadas à literacia financeira, jornada persona, cadeia de suprimentos e também o tripé da sustentabilidade, este último que traz o económico, o social e o ambiental, remetendo às empreendedoras sobre o impacto que elas causam nas três vertentes.

Outras matérias da formação durante os 3 meses, incluíram pesquisas de mercado, que buscavam não só o terreno para as empreendedoras mas também entender que desafios são enfrentados também pelos clientes que são directos beneficiários dos negócios das formadas, por forma a se desenhar estratégias e soluções que sejam práticas para os clientes e empreendedoras e para o mercado no geral incluindo o meio-ambiente.

“Tivemos essa de três bootcamps, duas pesquisas de mercado e alguns webinars que contaram com especialistas do BAÚ, Autoridade Tributária de Moçambique e alguns intervenientes que apoiaram na formalização de alguns negócios dessas empreendedoras, que resultaram nessa graduação”.

Dércia Ngulela, apontou que as 29 participantes vieram de um processo de selecção criteriosa que começou com mobilização para workshops onde estiveram presentes 100 mulheres. Das 100, fez-se um filtro onde foram seleccionadas 32 mulheres empreendedoras, das quais 3 perderam-se pelo caminho por motivos diversos.

A próxima fase segundo a responsável da MUVA está prevista seu início em Junho próximo, estando neste momento abertas as inscrições a todas as mulheres que tenha negócios há 1 ano ou mais, ou que tenham algum projecto inovador

A iniciativa, focada igualmente em Género, conta com o financiamento da União Europeia e é implementada pela MUVA, em parceria com a Growth África e a ANSA.

O Programa de Aceleração de Micro-Negócios dirigidos por mulheres, PAM Verde, teve o seu piloto em Pemba (Cabo Delgado), durante 2 ciclos, de três meses cada, em que fizeram parte, um total de 32 mulheres empreendedoras daquela região do país.

PARA AS TROPAS RUANDESAS EM CABO DELGADO:

Moçambique tenta contrair mais uma dívida de 20 milhões de euros sem o conhecimento da AR



Maputo apresentou um novo pedido de ajuda de 20 milhões de euros para o exército ruandês, que opera no Norte do país, mas, alguns Estados-membros da União Europeia estão particularmente desconfortáveis com a ideia de aceitar. Nos corredores da Comissão Europeia (UE), a questão da segurança moçambicana continua a ser um tema de tensão entre os Vinte e Sete.

Segundo noticia a Africa Intelligence, há algumas semanas, Moçambique apresentou um novo pedido de apoio ao abrigo do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (FPE) para as tropas ruandesas na província de Cabo Delgado, Norte do país. Moçambique pede 20 milhões de euros (cerca de 1,3 bilhão de meticais) para financiar estes projectos.

O cepticismo da Comissão Europeia pode ser ultrapassado com aprovação e liberação da exploração, ou seja, da retoma para a exploração do GNL pela Total Energies.

AAFRICA INTELLIGENCE aponta que o custo da operação para Ruanda é considerável e pode ultrapassar os 100 milhões de dólares norte-americanos.

Uma missão, liderada pelo Director de Parcerias para a Paz e a Gestão de Crises do Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE), Cosmin Dobran, da Roménia, visitou o Ruanda em 21 de Fevereiro para avaliar a situação.

Além dos argumentos ora listados, alguns Estados-Membros da UE consideram que o calendário deste pedido não é o mais adequado.

“Acontece apenas algumas semanas antes das eleições presidenciais no Ruanda (15 de Julho), nas quais Paul Kagame deverá ser facilmente reeleito, nas eleições europeias (6-9 de Junho) e, sobretudo, em plena guerra no leste da RDC, onde o Ruanda é acusado em relatórios da ONU de apoiar o M23 (AI, 18/06/23).

A Bélgica parece ser o Estado-membro que mais se opõe à ajuda ao exército ruandês em Moçambique.

O reino recusou-se a aceitar o embaixador nomeado por Kigali, Vincent Karega. Ele é acusado de ter sido embaixador em Pretória na época do assassinato de Patrick Karegeya, um ex-líder Inteligência ruandesa em 1 de Janeiro de 2014, em Joanesburgo. A África do Sul sempre suspeitou que o Ruanda estivesse por trás deste ato.

Instabilidade político-militar em Cabo Delgado alinha na dúvida para aprovação do pedido

A estabilidade da província moçambicana de Cabo Delgado é fundamental para que as companhias petrolíferas Total Energies e os seus parceiros – incluindo vários grupos indianos – possam reanimar o GNL.

A infraestrutura, escreve

o AI, é composta por dois comboios de liquefação com uma capacidade total de 13 milhões de toneladas de gás, podendo a capacidade das descobertas nos blocos 1 e 4 atingir os 60 milhões de toneladas.

Desde Abril de 2021, o GNL moçambicano encontra-se parado, ao abrigo da disposição legal de força maior, bloqueio de obras e congelamento de obrigações contratuais. Esta situação de esperar para ver é consideravelmente preocupante para a Frelimo, a poucos meses das eleições presidenciais de Outubro de 2024.

O partido, no poder desde a independência em 1975, deverá nomear o seu candidato até ao final de Abril para substituir o Presidente Filipe Nyusi, que não poderá candidatar-se à reeleição depois de cumprir dois mandatos.

Outro desembolso não é um dado adquirido

Em 2023, a UE desembolsou um primeiro cheque de 20 milhões de euros através do FEP, uma vitória para Kigali alcançada após acesos debates. Na altura, a França, juntamente com Portugal e a Itália em particular, pressionava pelo apoio ao Ruanda, enquanto vários grandes Estados, nomeadamente a Alemanha, se opunham.

Hoje, com a situação muito volátil no Leste da RDC, e apesar das múltiplas tentativas de mediação – Quênia, Angola, Qatar – não é evidente para a UE um novo desembolso ao exército ruandês.